

Os desafios atuais dos docentes do Ensino Fundamental I como mediadores da disciplina Ensino Religioso

Autora: Telma Maria Nascimento

Co-autora: Maria Geralda Fernandes Valentin

Resumo

A epistemologia da pesquisa concebe a todas as ciências a busca pelo conhecimento. E sendo a pesquisa científica uma fonte inesgotável de possibilidades e descobertas, o presente artigo tem como escopo, contribuir com o conhecimento por se empenhar em descobrir através de análises refutadas ou comprovadas sobre a opinião dos professores mediante a imposição do estado na ministração da disciplina Ensino Religioso no ensino fundamental I. Para maior fundamentação busca verificar a aceitação pelos docentes ao que tange aos conteúdos referendados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), identificando o grau de formação dos educadores, descrevendo suas habilidades ou dificuldades ao ensinarem a disciplina. Toda a pesquisa realizada tem como base metodológica o método dedutivo e como apoiador o método dialético, pois juntos contribuirão para a eficácia da pesquisa e veracidade dos resultados expostos na conclusão da referida investigação científica.

Palavras-chave: Ensino Fundamental I; Ensino Religioso; Docentes.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se justifica, pela importância acadêmica e social de se discutir através dos meios científicos e outros canais competentes, temas relacionados as questões religiosas nas esferas sociais as quais todos os cidadãos participam direta ou indiretamente. Sendo a família o primeiro núcleo social ao qual um cidadão pertence e participa desde seu nascimento. A escola faz parte do macro sociedade e está ligada diretamente a todos os poderes do Estado.

O Brasil enquanto República Federativa tem, através dos poderes executivo, legislativo e judiciário o poder de legislar, promulgar e executar as leis existentes no país, e cada Estado da União, deve seguir as diretrizes e normas estabelecidas pelo Estado maior. Assim sendo, o ensino não pode se furtar as normativas do Estado, mesmo possuindo em algumas áreas determinada autonomia, deve quando optar por suas normativas informar o estado maior do uso dessa prerrogativa.

O ensino religioso sempre fez parte do currículo escolar, desde os primórdios da educação em nosso país, época em que os jesuítas da Companhia de Jesus, obtiveram total monopólio, na educação brasileira, com duzentos anos de expansão da cultura europeia imbrincada com a religião católica é fato que essa herança, ficou enraizada nos currículos escolares, apesar do Estado brasileiro ser laico.

A maioria dos estados da federação pontuam em suas grades curriculares o ensino religioso mesmo na parte diversificada do currículo e ainda que de forma facultativa permeia o ambiente escolar, com o apoio de grande número de pais que acreditam ser importante para seus filhos, o ensino de temas relacionados as várias religiões por terem como ponto relevante a orientação religiosa para a formação moral e ética dos educandos. E cabe aos professores do

ensino fundamental I a responsabilidade de trabalhar os conteúdos listados pela Base Nacional Comum Curricular BNCC.

Sendo assim questiona-se o posicionamento da obrigatoriedade da ministração da disciplina Ensino Religioso aos docentes, os quais, devem buscar formação específica para ministrarem a referida disciplina. Diante de inúmeras vertentes a serem experienciadas, a pesquisa se propõe ainda, analisar as implicações éticas e pedagógicas relacionadas aos conteúdos que devem ser trabalhados.

A pesquisa almeja comprovar as hipóteses que se conjugam em busca do saber: Como o docente do ensino fundamental I vê a obrigatoriedade da ministração da disciplina ensino religioso? O professor acredita ser a formação continuada relevante meio de ajuda em sua prática pedagógica?

Para a fundamentação da pesquisa tem-se como escopo: analisar a obrigatoriedade de lecionar a disciplina ensino religioso assim como verificar a aceitação dessa prática pedagógica pelos docentes, identificando também a formação dos mesmos e descrever suas dificuldades ou afinidades na ministração para com esta disciplina.

REFLEXÕES TEÓRICAS

A história da educação brasileira, data do encontro histórico entre os portugueses e as nações indígenas da terra de Santa Cruz (Brasil). Os europeus portugueses assim como os franceses e espanhóis, tinham como escopo a descoberta de novas terras, almejando com isso o aumento da riqueza de suas pátrias.

A história do Brasil Colônia não pode ser desvinculada da história europeia, já que a colonização deve ser compreendida como a necessidade de expansão comercial da burguesia enriquecida com a Revolução Comercial. As colônias significavam não só maior possibilidade de consumo, como também são fornecedoras de produtos tropicais e metais preciosos (metais que, no caso do Brasil, levaram mais tempo para serem encontrados) (ARANHA, 1989, p. 117).

Os jesuítas chegaram ao Brasil por volta de 1549, permaneceram até 1808, quando foram expulsos. Foram mais de duzentos anos de trabalhos prestados a corte portuguesa, com o objetivo de repassar a cultura europeia aos moradores da colônia, seus ensinamentos eram constituídos de conteúdo específicos para cada classe social, e ainda existiram aqueles que não foram contemplados com esses estudos, sendo eles: os negros e mulheres. Aos índios e pobres os jesuítas ensinavam, leitura, escrita e operações matemáticas básicas. Aos filhos da elite era ensinado, latim, humanidade, teatro, cursos de artes, filosofia, matemática, física e questões sobre disciplina escolar. Os jesuítas não tinham apenas a missão de catequizar, deveriam recrutar fiéis e servidores. A catequese tinha como premissa, converter a população indígena a fé católica e obediência aos senhores brancos e ricos.

Além dos jesuítas, cuja ação é a mais intensa, eficaz e duradoura, outras ordens se empenham nesse trabalho, tais como as dos franciscanos, dominicanos, carmelitas e beneditinos. Quando o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, chega ao Brasil em 1549, vem acompanhado por diversos jesuítas chefiados por Manuel da Nóbrega. Apenas quinze dias depois de sua chegada, os missionários já fazem funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola “de ler e escrever”. É o início de um processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões, espalhados pelo Brasil até o ano de 1759 (ARANHA, 1989, p.118).

Esse modelo de educação permaneceu em três grandes momentos históricos de nosso país que são: O período Colonial, Imperial e Republicano. Não passou por nenhuma reforma

estrutural ao longo desses períodos, graças à herança jesuítica. Marques de Pombal, ministro de Portugal, fez várias reformas educacionais no Brasil, sendo uma delas a retirada do poder educacional da igreja, passando para o Estado, os jesuítas foram afastados em (1759). E o Estado assumiu a educação, com as Aulas Régias, que não promoveram mudanças substanciais ao ensino, que continuou a ser trabalhado de forma enciclopédica e literária, os métodos pedagógicos permaneceram autoritários e disciplinares, não valorizando a criatividade individual.

Com a implantação do Regime Republicano, no ano de 1891 é publicada a primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil onde expressa que “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino”. Teoricamente o ensino seria de forma livre, mas na prática “o ensino da Religião continuava presente pelo zelo de fidelidade dos princípios estabelecidos sob a orientação da Igreja Católica”. Retirado do artigo: Ensino Religioso, Cidadania e Ética: Práticas Pedagógicas Integradoras (ALMEIDA, 2018, p. 26).

O ensino Religioso é uma disciplina da educação fundamental brasileira, cujo objetivo é propor reflexões sobre fundamentos, costumes e valores das várias religiões existentes, sua característica é a busca da compreensão das diferentes formas de religião. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, o Brasil não pode promover ou defender doutrinas de qualquer religião por ser um Estado Laico. A Base Nacional Comum Curricular pontua em suas competências específicas para o ensino fundamental: Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modo de ser e viver.

Hall (2006, p.21), contribuiu para o entendimento da identidade cultural dos povos na pós-modernidade quando cita: “ a identidade muda de acordo com a forma como, o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”. A citação é um espelho que reflete para invasões culturais longínquas, que se perpetuam na era contemporânea.

METODOLOGIA

A pesquisa será realizada com embasamento do método dedutivo, pois o referido método trata os fatos de forma abrangente o que oportuniza a análise contextualizada dos fatores relevantes presentes no objeto pesquisado. O método Dialético será usado como canal de abordagem para o desenvolvimento da pesquisa por oportunizar a análise profunda da origem dos fatos.

O procedimento da metodologia para desenvolver a pesquisa de campo, será realizado através de aplicação dos formulários a dez professoras (res), do ensino fundamental I. Após a coleta de dados será realizada a análise dos dados coletados através do método estatístico visando a análise e apuração das informações para arguição dos fatos, em consonância com as propostas e indagações inerentes a pesquisa.

RESULTADOS

Objetivando contribuir para o engrandecimento da pesquisa científica com um olhar voltado em especial para as especificidades congruentes ao ensino e suas inúmeras inquietudes que migram para infinitas possibilidades de estudos científicos e numerosos campos do saber. A referida pesquisa poderá vivenciar resultados, motivados pelas experiências desenvolvidas na procura de respostas significativas para e em especial as ciências humanas, com uma filosofia especialmente questionadora sobre as questões referentes a educação e ao ensino das religiões em nosso país.

CONCLUSÃO

A conclusão da pesquisa referendada poderá ser pertinente aos vários campos do saber em especial as ciências das humanidades por abordar tema relevante que busca entender as lutas pelas variadas conquistas que almejam os inúmeros campos sociais. Deve enobrecer a um patamar relevante o viés educacional, profissional e ético de todos os envolvidos no sistema educacional brasileiro e em especial a todos aqueles que regem diretamente o ensino através da docência.

Os educadores brasileiros que lecionam nos anos iniciais possuem um rico legado de conhecimentos e acumulam valorosas experiências profissionais, aflições e inseguranças, que devem ser abordadas, pesquisadas e difundidas através de trabalhos científicos que consigam transpor os muros das escolas e sirvam de escudo de defesa e de luta em prol dos educadores que estão no chão das escolas, silenciosos e em determinados momentos cheios de dúvidas relacionadas ao seu fazer pedagógico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danielle Mesquiati de Oliveira. *Ensino religioso, cidadania e ética: práticas pedagógicas integradoras*. Vitória/ES: UNIDA, 2018.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1989.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.